Câmara Municipal de Caminha

Ata 28/17 de 15/11/2017

ATA NÚMERO 28/17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2017.

Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de ***LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES*** *e com a presença dos Senhores Vereadores* ***GUILHERME CESÁRIO LAGIDO DOMINGOS, LILIANA DE SOUSA RIBEIRO, RUI MIGUEL RIO TINTO LAGES, JOSÉ MANUEL MARTINS PRESA, PAULO PINTO PEREIRA*** *e* ***LILIANA SOFIA BOUÇA DA SILVA.***

Iniciada a reunião, às 15:00 horas, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

Foi distribuída a informação escrita sobre os fundos disponíveis, bem como a requisição externa de despesa número 2629 do subsídio atribuído na reunião de Câmara anterior.

O **Senhor Presidente** cumprimentou os presentes e solicitou autorização para introdução de mais uma proposta na ordem de trabalhos, sobre a Atualização das Taxas dos Resíduos Sólidos Urbanos.

O **Senhor Vereador José Presa** cumprimentou os presentes e em nome dos Senhores Vereadores do PSD aceitou a introdução da proposta na Ordem de Trabalhos.

O **Senhor Presidente** referiu que, uma vez aceite a proposta pelos Senhores Vereadores, passou a constar como proposta número onze, e a proposta de aprovação da minuta da ata como proposta número doze.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente** iniciou o Período Antes da Ordem do Dia concedendo a palavra aos Senhores Vereadores.

O **Senhor Vereador José Presa** solicitou a resolução de várias questões colocadas por munícipes aos Vereadores do PSD, nomeadamente:
- Perguntou a razão pela qual no presente mês ainda não há agenda cultural;
- Alertou que na Praça Conselheiro Silva Torres em Caminha foi retirada a sinalização de paragem do Tuck Tuck, que funcionou durante o verão, no entanto ficaram no pavimento os parafusos que suportavam a estrutura, o que pode provocar acidentes aos peões e veículos;
- Alertou também que na zona das Camboas, junto ao local onde esteve instalado um Circo durante o verão, está um poste de iluminação pública derrubado, o qual deve ser reposto.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** cumprimentou os presentes e em nome dos Senhores Vereadores do PSD felicitou o Clube de Praticantes de Karaté de Caminha pela participação no 18º Campeonato Internacional de Karaté – "18th Open Karate Championship – Dhammika Cup 2017, que decorreu na Alemanha, tendo conquistado uma medalha de prata o atleta João Sampaio, uma medalha de bronze a atleta Maria João e um 4º lugar o atleta Guilherme Silva, tendo passado às semifinais.

O **Senhor Vereador Rui Lages** cumprimentou os presentes e informou que decorreu no passado dia 9 do corrente mês o início de uma atividade em

colaboração com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Sporting Clube Caminhense e Nautiminho, onde as crianças do 1º ciclo do ensino básico puderam frequentar aulas de remo pela primeira vez. Esta atividade está englobada num pacote maior de aulas ligadas à náutica, onde se inclui também o surf, canoagem e pudle. Nesta iniciativa, iniciada no dia 9 do corrente mês, participaram as escolas de Lanhelas e Seixas, onde as crianças poderem aprender as suas primeiras remadas. Este programa é aberto a todas as escolas do 1º, 2º e 3º ciclo, o que abrange mais de novecentos alunos para a prática de atividades náuticas com apoio das instituições referidas. Referiu que se trata de uma aposta forte da Câmara Municipal a promoção de desportos náuticos, uma vez que o município tem uma frente marítima muito boa, a qual deve ser aproveitada para incentivar os jovens a usufruir dela. Referiu que existe também o programa Caminha Sabe Nadar que disponibiliza às crianças até 8 anos a frequência de aulas de natação gratuitas nas piscinas municipais de Vila Praia de Âncora. Desta forma apoia-se os clubes ligados à náutica e desmistifica-se os perigos ligados ao mar e aos rios junto dos jovens, bem como desperta-se a consciência da sociedade para este tipo de desportos.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** cumprimentou os presentes e informou que se iniciaram as obras da bacia de retenção junto aos acessos da A28 em Vila Praia de Âncora, uma vez que os problemas com as águas subsistem, bem como o executivo do PSD já tinha alertado para o problema, assim como o executivo do PS insistiu fortemente junto da empresa responsável para a sua resolução. Durante este tempo houve várias propostas de solução técnica, tendo-se chegado à conclusão que a construção de uma bacia de retenção era a melhor solução, que no fundo é um travão das águas que vem dos acessos à A28 para a zona da sandia. Referiu que outra solução equacionada foi a construção de uma conduta com ligação direta ao mar, mas que foi rejeitada pelas Infraestruturas de Portugal por atravessar a N13. Com a bacia de retenção será possível reter 1500m3 de água, beneficiando a zona da sandia.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Vereador José Presa informou que já foi reportado à EDP para substituir o poste de iluminação pública na zona das camboas, e comprometeu-se a notificar o operador turístico do Tuck Tuck para retirar os parafusos da sinalização do equipamento.

O **Senhor Vereador José Presa** solicitou também esclarecimentos sobre o novo procedimento do cadastro dos prédios rústicos.

O **Senhor Presidente** explicou que a agenda cultural deste mês ainda não foi publicitada devido ao atraso na concentração de toda a informação das instituições do concelho, o que atrasa todo o processo de edição, admitindo que no futuro deve haver uma agilização dos procedimentos por forma a que a agenda cultural seja publicada atempadamente.
Sobre a apresentação do Balcão Único do Prédio, explicou que a Câmara Municipal teve sempre presente a questão dos incêndios logo depois do verão de 2016, sensibilizando as instituições públicas para esta problemática. Em meados de 2017, antes dos incêndios de junho, tomou-se conhecimento que havia à vontade por parte do governo, através da unidade de missão e valorização do interior, de poder avançar finalmente com o conhecimento dos proprietários dos diversos terrenos que compõe o território, o que é importante do ponto de vista instrumental para a presença dos incêndios, porque permite notificar os proprietários para proceder às limpezas.
Nessa altura o Concelho de Caminha, Penela, Alfândega da Fé e Proença a Nova foram escolhidos pelo governo para fazer parte de um projeto piloto que permitisse identificar estes terrenos, tendo-se chamado cadastro simplificado, embora não se trate de um cadastro, mas sim de um pré-cadastro por se tratar do conhecimento do território para efetuar o registo posteriormente. Portanto, essencialmente, trata-se de que a Câmara Municipal em conjunto com o Instituto de Registos e Notariado esta a tentar identificar as parcelas de terreno existente através da participação voluntária das pessoas. Esclareceu que só 5% do território do concelho está registado na

conservatória, o que deriva do facto de haver um território muito parcelado. Na conservatória estarão dois funcionários do município que tem a missão de fazer o que a conservatória não sabe fazer, nomeadamente, georreferenciar o terreno de determinado proprietário, mediante a apresentação da documentação respetiva. Informou que este sistema também funcionará numa carrinha que o município adquiriu para poder ir às freguesias identificar as propriedades com mais facilidade.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** referiu a importância do registo e conhecimento do território, porque muitas vezes há necessidade de notificar proprietários e não se sabe quem são, inclusivamente as Juntas de Freguesia muitas vezes pensam conhecer os proprietários, quando na realidade não conhecem. Existe também dificuldade porque a identificação dos terrenos é feita por foto referenciação, o que obriga a deslocações ao terreno para melhor identificar as propriedades.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 02/11/2017;

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se**:
- Que seja aprovada a ata da reunião ordinária do dia dois de novembro de dois mil e dezassete.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 2 – CONCURSO PÚBLICO DA REDE DE DEFESA DA

FLORESTA CONTA INCÊNDIOS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;

Conforme informação dos serviços e de acordo com o determinado no nº 1, art.º 98, do CCP, é da competência da Câmara Municipal a aprovação da minuta do contrato para o concurso público mencionado em epigrafe.
Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1) Aprovar a minuta do contrato que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata;
2) Solicitar à Assembleia Municipal que aprove a inscrição no PPI plurianual de uma verba no montante de 494.709,63€ destinada a execução da obra mencionada em epígrafe, que se prolongará no próximo ano 2018.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** explicou que se trata de dois concursos que tiveram alguns atrasos e a programação plurianual feita inicialmente está desadequada, pelo que para se poder executar os projetos tem que se refazer esta programação plurianual.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** questionou que se esta a aprovar submeter a inclusão deste valor para o PPI de 2018, quando o PPI e o orçamento para 2018 ainda não foram aprovados.

O **Senhor Presidente** esclareceu que o que se está a aprovar a repartição do investimento, uma vez que muda a planificação deste investimento, o que será incluído no PPI.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** perguntou se não haverá problemas pela empresa já ter pago a caução, uma vez que não está orçamentado.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** esclareceu que está orçamentado, mas não está orçamentado nas proporções do projeto.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva.

PROPOSTA N.º 3 – CONCURSO PÚBLICO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO – FREGUESIA DE ARGELA – SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL;

Conforme informação dos serviços e para cumprimento do despacho do Tribunal de Contas, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal que aprove a inscrição no PPI plurianual de uma verba no montante de 1.164.809,74€ destinada à execução da obra mencionada em epígrafe, que se prolongará no próximo ano 2018.

O **Senhor Vereador José Presa** solicitou esclarecimentos sobre o despacho do Tribunal de Contas sobre este procedimento.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** explicou que o problema que se coloca é o plano financeiro não estar adequado à execução do projeto.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que o problema não é só esse, mas também a razão de que constantemente tem vindo a Reunião de Câmara ratificações de determinadas situações em que se assume decisões que deveriam primeiro ser apreciadas nos órgãos. Referiu que deve haver um cuidado com estas matérias porque tem sido reiteradamente ratificadas decisões ultrapassando completamente os órgãos competentes que as deveria aprovar.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva.

PROPOSTA N.º 4 – ATUALIZAÇÃO DE TARIFAS DO FERRYBOAT SANTA RITA DE CÁSSIA;

Nos termos da informação dos serviços, as tarifas praticadas nos bilhetes do Ferryboat Santa Rita de Cássia não sofrem atualizações desde 2012;
Considerando as alterações dos custos referidos na informação dos serviços, e tendo em conta a mais valia que o funcionamento do Ferryboat Santa Rita de Cássia oferece, **propõe-se** que a Câmara Municipal aprove o quadro do tarifário constante da informação dos serviços, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

O **Senhor Presidente** explicou que as tarifas do ferryboat atualmente em vigor não sofrem alterações desde 2012, embora não tenha tido decisão da Câmara Municipal que a suporte.
Perante a atividade que existe e da necessidade de tentar aproximar o valor dos custos com o valor da receita, mantendo um cariz de equilíbrio por forma a valorizar o turismo e a economia.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** reiterou a importância de o ferryboat poder voltar a funcionar à segunda-feira, porque causa muitos constrangimentos aos peregrinos de São Tiago, devendo-se criar uma alternativa para colmatar esta lacuna.
Solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do processo judicial contra o Município de A Guarda, relativamente ao ferryboat.

O **Senhor Vereador Paulo Pereira** cumprimentou os presentes e disse que a questão do ferryboat não se coloca só à segunda-feira, mas também com os constrangimentos das marés que altera diariamente os horários da travessia, o que condiciona a passagem de peregrinos nas primeiras horas do dia, uma vez que iniciam a sua caminhada muito cedo. Sugeriu que deve ser pensada uma solução para ajudar os peregrinos a atravessar o rio sem constrangimentos.

O **Senhor Presidente** explicou que o processo judicial contra o Município de A Guarda está a decorrer os seus autos com normalidade no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, uma vez que há uma parte da dívida que foi reconhecida pelo Município de A Guarda e está a ser paga com base num acordo de pagamento, mantendo-se a dúvida sobre a posição dos valores em causa.
Na atualidade toda a receita obtida em Espanha é enviada para Caminha, cumprindo o acordo que está a ser cumprido, comprometendo-se a informar os Senhores Vereadores da situação atual.
Disse ser bom que o funcionamento do ferryboat seja uma vontade coletiva das várias forças políticas de Caminha, porque nem sempre foi assim. Esta preocupação da paragem às segundas-feiras é recente, uma vez que quando o executivo do PS tomou posse teve essa preocupação para todos os dias, uma vez que o ferryboat tinha um grave problema de funcionamento no ano de 2013, tendo sido poucas as horas que funcionou. Referiu que o ferryboat tem custos associados ao funcionamento como a navegabilidade do canal, tendo sido feito um esforço grande para recuperar o ferryboat e torna-lo hoje muito mais estável, admitindo que no pico das marés baixas há uma ou duas viagens por dia que ficam condicionadas, onde não é possível navegar. Recordou que o rio atualmente está muito assoreado e mesmo assim o ferryboat esta a funcionar, esforço grande que provoca a realização de turnos que ultrapassa muito o horário normal de trabalho de um funcionário, o que provoca uma exigência muito grande com pagamentos de horas extraordinárias com montantes muito elevados, bem como de contratos de prestações de serviços muito caros, uma vez que o município não dispõe de recursos humanos habilitados

a conduzir o ferryboat. Esta situação torna difícil a gestão do ferryboat, havendo um dia na semana onde os funcionários têm direito ao descanso, porque já se desdobram em turnos durante o resto dos dias.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que da parte do PSD sempre houve a vontade de manter o ferryboat a funcionar, tendo sido o executivo do PS que parou o ferryboat logo a seguir a sua tomada de posse. Reforçou que é importante que o ferryboat funcione à segunda-feira e sugeriu a realização de um protocolo com os táxis fluviais para colmatar esta lacuna.

O **Senhor Presidente** disse que a história se encarrega de provar o que aconteceu em 2012, 2013 e em 2014, porque foi executivo do PS que recuperou o ferryboat, uma vez que estava moribundo.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva.

PROPOSTA N.º 5 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO ATLÉTICO CLUBE DE CAMINHA PARA APOIO NAS COMEMORAÇÕES DO 25º ANIVERSÁRIO DO CLUBE;

Em conformidade com o disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".
Assim e com base na informação dos serviços, **propõe-se** a atribuição de um subsídio ao Atlético Clube de Caminha, no montante de 2.500,00€ para apoio nas comemorações do 25º aniversário do clube.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CLUBE DE PRATICANTES DE KARATÉ DE CAMINHA PARA APOIO NAS DESPESAS COM A PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO INTERNACIONAL DE KARATÉ – "18TH OPEN KARATE CHAMPIONSHIP – DHAMMIKA CUP 2017" – RATIFICAÇÃO;

Em conformidade com o disposto na alínea u), n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".
Assim e com base na informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 08/11/2017 que aprovou a atribuição de um subsídio ao Clube de Praticantes de Karaté de Caminha, no montante de 450,00€ para apoio nas despesas com a participação no Campeonato Internacional de Karaté – "18th Open Karate Championship – Dhammika Cup 2017".

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 7 – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NO CONSELHO GERAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SIDÓNIO PAIS – RATIFICAÇÃO;

De acordo com o n.º 2, do art.º 12º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, no Conselho Geral deve estar salvaguardada a representação do município, sendo os respetivos representantes designados pela Câmara Municipal, conforme estipulado no n.º 4, do art.º 14º, do supracitado diploma legal;

Considerando o pedido da Senhora Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais datado de 16 de outubro de 2017, e tendo em vista a participação no primeiro Conselho Geral do ano letivo de 2017/2018, realizado a 7 de novembro, o Senhor Presidente da Câmara nomeou, como representantes do município no referido Conselho Geral, os seguintes elementos:

- Professora Liliana Ribeiro, Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação;
- Dr.ª Angelina Esteves, Chefe de Divisão de Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto;
- Eng.ª Angelina Cunha, Chefe de Divisão de Ambiente, Economia e Serviços.

Assim, nos termos do n.º 3, do art.º 35º, do supracitado diploma legal, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal datado de 02/11/2017 que nomeou os representantes do município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva.

PROPOSTA N.º 8 – PRORROGAÇÃO DE INCENTIVOS À DINAMIZAÇÃO DAS FEIRAS DO MUNICÍPIO DE CAMINHA;

Na reunião da Câmara Municipal de 7 de outubro de 2015 foi aprovada a alteração ao art.º 35º, do Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha, que incluiu a aprovação de incentivos à dinamização da feira semanal, nomeadamente a redução em 25% do valor da taxa devida por m2 e por feira, para os feirantes que

tivessem os pagamentos regularizados e a cobrança das taxas referentes a quatro feiras por mês, mesmo nos meses em que se realizem cinco feiras semanais;

Conforme disposto no n.º 6, do referido art.º, "os benefícios decorrentes da aplicação do disposto nos números 2 e 4 do presente artigo vigoram sobre os valores de taxas devidas até 31 de dezembro de 2016". No entanto, conforme disposto no n.º 7, do mesmo art.º, "o prazo definido no n.º 6 do presente artigo poderá ser eventualmente prorrogado mediante deliberação da Câmara Municipal.";

Considerando que o prazo em causa foi prorrogado até 31/12/2017, por deliberação em reunião de Câmara Municipal de 16/11/2016, e considerando que se verifica que a grande maioria dos feirantes continuam a aderir às medidas de incentivo, regularizando os pagamentos em atraso e cumprindo os prazos de liquidação de taxas previstos;

Considerando ser do interesse do município a arrecadação das receitas nos prazos devidos e a manutenção das feiras semanais com a presença assídua do maior número de feirantes, com a diversidade de produtos associados, pelo incentivo que a mesma constitui para a dinamização do comércio local e também pela oferta garantida às populações do concelho;

Assim, nos termos do n.º 7, do art.º 35º, do Regulamento Municipal das Feiras do Município de Caminha, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar a prorrogação do prazo de aplicação das medidas previstas, e que os benefícios decorrentes da aplicação do disposto nos números 2 e 4 do referido artigo vigorem sobre os valores de taxas devidas até 31 de dezembro de 2018;

Propõe-se ainda que a Câmara Municipal aprove que os feirantes que no ano de 2017 tenham entrado ou que ainda venham a entrar em situação de incumprimento nos termos previstos no n.º 3, do art.º 35º, possam voltar a beneficiar dos incentivos sobre os valores das taxas devidas, após entrada em vigor da presente proposta e nas taxas que se referem aos meses de 2018, nos mesmo termos previstos no n.º 2 e 3 do referido artigo.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos

Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 9 – ISENÇÃO DE 75% DO VALOR DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA DOS MESES DE ABRIL E MAIO DE 2017 NA INSTALAÇÃO NÚMERO 22538 – REQUERENTE: VANDA SOFIA DA COSTA CONDE DE BARROS;

Nos termos da informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar a isenção de 75% do valor da dívida de consumo de água referente aos meses de abril de 2017, no valor de 24,05€, mais execução fiscal, e maio de 2017, no valor de 68,86€, mais juros de mora devidos, na instalação número 22538, ao requerente Vanda Sofia da Costa Conde de Barros.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 10 – ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA POSTURA DE TRÂNSITO E ESTACIONAMENTO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAMINHA E VILARELHO PARA INSTALAÇÃO DE CONDUTAS DE GÁS NATURAL - RATIFICAÇÃO;

Relativamente ao assunto em apreço, em virtude das obras de instalação de condutas de gás natural, na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, entre os dias 21 e 27 de outubro de 2017, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara do dia 20/10/2017 que deferiu o corte e condicionamento temporário de trânsito e estacionamento da seguinte forma:

1. Condicionamento e suspensão temporária de trânsito e estacionamento proibido na rua Benemérito Joaquim Rosas, entre a Escola Profissional

ETAP e a travessa Cabo Custódio, de 21 a 27 de outubro do corrente ano, entre as 08:00h e as 18:30h, com os consequentes desvios de trânsito para a rua da Trincheira e Travessa do Pombal;

2. Informar o Empreiteiro para a necessidade de proceder à sinalização adequada do presente condicionamento de trânsito e respetivas exceções, bem como tratar da reposição das condições de circulação fora dos períodos de suspensão e condicionamento de trânsito.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 11 – ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;

Conforme informação dos serviços, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, nos termos do artigo 50º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos, que o tarifário dos resíduos sólidos urbanos no ano de 2018 sofra a atualização resultante da aplicação do índice de preços ao consumidor relativo a 2017.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 3 votos contra dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva e 0 abstenções.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** fez a seguinte declaração de voto verbal em nome dos Senhores Vereadores do PSD: *Votamos contra esta proposta porque consideramos excessivo o valor do aumento de 1,5%.*

PROPOSTA N.º 12 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta minuta de ata, **propõe-se** a sua aprovação.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro, Rui Lages, José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 16 horas e 10 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Tomás Henrique Fernandes Antunes, Assistente Técnico da Secção de Administração, Atas e Expediente, que a redigi.

Paços do Município de Caminha, 15 de Novembro de 2017

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

_____

Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

O ASSISTENTE TÉCNICO

_____

Tomás Henrique Fernandes Antunes